

CONSTRUCTION DES OBJETS DE DISCOURS ET CATÉGORISATION: UNE APPROCHE DES PROCESSUS DE RÉFÉRENCIATION.

Lorenza Mondada

Tradução: Mônica Magalhães Cavalcante

Resumo

A idéia segundo a qual a língua é um sistema de etiquetas que se ajustam mais ou menos bem às coisas tem atravessado a história do pensamento ocidental. Opomos uma outra concepção segundo a qual os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo.

De acordo com esta segunda visão, as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos. Neste caso, as categorias e objetos de discurso são marcadas por uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não-verbais, nas negociações dentro da interação.

Existem, todavia, práticas que exercem um efeito estabilizador observável, por exemplo, na sedimentação das categorias em protótipos e em estereótipos, nos procedimentos para fixar a referência no discurso, ou no recurso às técnicas de inscrição como a escrita ou as visualizações que permitem manter e “solidificar” categorias e objetos de discurso.

1. DA “REFERÊNCIA” AOS PROCESSOS DE “REFERENCIAÇÃO”

A questão de saber como a língua refere o mundo tem sido colocada há muito tempo em diversos quadros conceituais. Se as respostas são diferentes, a maior parte pressupõe ou visa uma relação de correspondência entre as palavras e as coisas, correspondência dada, preexistente e perdida, ou a recuperar, a encontrar no exercício da atividade científica, por exemplo. Esta perspectiva se exprime através das metáforas do espelho e do reflexo, e, mais recentemente, do “mapeamento” (*mapping, matching*), que se referem todas a uma concepção especular do saber e do dis-

curso, concebida como uma *re-presentação* adequada da realidade (Rorty, 1980). Esta concepção investe em mais níveis de análise da linguagem: assim, a sintaxe foi avaliada em relação à sua capacidade de cartografar a “ordem natural do mundo”; as gramáticas foram concebidas para corresponder a uma lógica profunda subjacente à língua e destinadas a capturar as estruturas do mundo (Padley, 1985; Cohen, 1977; Grace, 1987). Mais recentemente, no quadro da lingüística cognitiva, a mesma concepção trata o sistema lingüístico em termos de “gramática espacial” e de “motivação icônica”, na tentativa de fundamentar as estruturas lingüísticas nos princípios cognitivos “naturais” (Dubois; Resche-Rigon, 1995). Esta concepção se manifesta também nos trabalhos de pesquisa de línguas ideais (Eco, 1993), estimuladas pela tentativa utópica de encontrar e constituir uma língua perfeita em adequação total com o mundo. Esta perspectiva é compartilhada pelo discurso comum e pelo senso comum: a crença em um mundo exterior é uma propriedade central da “razão mundana” (“mundane reason”, Pollner, 1987), que dá uma inteligibilidade e uma descritibilidade à realidade cotidiana, a suas representações comuns, aos raciocínios de todos os dias; que permitem, além disso, tratar as contradições ou os conflitos entre as versões múltiplas e as discordâncias das “mesmas” realidades como sendo imputáveis ao erro ou à loucura. Do mesmo modo, o andamento científico e o discurso que ele produz, notadamente nas ciências experimentais ou naturais, repousa sobre a hipótese de um poder referencial da linguagem que é fundado ou legitimado por uma ligação direta (e verdadeira) entre as palavras e as coisas.

Pode-se considerar que as ciências cognitivas reatualizam esta questão, com seus pressupostos e dificuldades: os problemas reencontrados pelo tratamento artificial das línguas naturais (quer seja em tradução automática, a propósito do diálogo homem-máquina, ou em robótica) revelam a dimensão problemática de um modelo baseado num “mapeamento” das palavras sobre as coisas, que avalia as performances discursivas medindo seu grau de correspondên-

cia com o mundo exterior. Este ponto de vista pressupõe que um mundo autônomo já discretizado em objetos ou “entidades” existe independentemente de qualquer sujeito que se refira a ele, e que as representações lingüísticas são instruções que devem se ajustar adequadamente a este mundo¹.

Propomo-nos reconsiderar aqui quaisquer argumentos concernentes ao que está na base desta concepção e que se manifestam de maneira recorrente, em particular nos debates contemporâneos em ciências cognitivas: nós nos debruçaremos sobre a noção de referência em si mesma, através de um questionamento relevante da lingüística e da psicologia cognitiva. Com efeito - no lugar de partir do pressuposto de uma segmentação *a priori* do discurso em nomes e do mundo em entidades objetivas, e, em seguida, de questionar a relação de correspondência entre uma e outra - parece-nos mais produtivo questionar os próprios processos de discretização. Desejamos, além disso, sublinhar que, no lugar de pressupor uma estabilidade *a priori* das entidades no mundo e na língua, é possível reconsiderar a questão partindo da instabilidade constitutiva das categorias por sua vez cognitivas e lingüísticas, assim como de seus processos de estabilização.

Isto nos leva a deslocar nossa atenção do problema das entidades da língua, do mundo ou da cognição para a análise dos processos que a constituem, assegurando a essas entidades uma evidência e uma estabilidade mais ou menos grandes. O problema não é mais, então, de se perguntar como a informação é transmitida ou como os estados do mundo são representados de modo adequado, mas de se buscar como as atividades humanas, cognitivas e lingüísticas, estruturam e dão um sentido ao mundo. Em outros termos, falaremos de *referenciação*, tratando-a, assim como à categorização, como advindo de práticas simbólicas mais que de uma ontologia dada. Como diz Rastier, a referenciação não diz respeito a “uma relação de representação das coisas ou dos estados de coisas, mas a uma relação entre o texto e a parte não-lingüística da prática em que ele é produzido e interpretado” (1994:19). Estas práticas não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo.

Em resumo, passando da referência à referenciação, vamos questionar os processos de discretização e de estabilização. Esta abordagem implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito “encarnado”, mas ainda um sujeito sócio-cognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Este sujeito constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso. Isto significa que, no lugar de fundamentar implicitamente uma semântica lingüística sobre as entidades cognitivas abstratas, ou sobre os objetos *a priori* do mundo, nós nos propomos reintroduzir explicitamente uma pluralidade de atores situados que discretizam a língua e o mundo e dão sentido a eles, constituindo individualmente e socialmente as entidades.

Este artigo tenta articular nossas avaliações disciplinares para identificar os níveis de análise lingüística e psicológica pertinentes que se deve levar em consideração quando se deseja formular a questão da referência. Mais precisamente, mostraremos que esta questão pode ser revisitada em termos de “objetos de discurso” (Mondada, 1994) e de “categorização” (Dubois, 1995). Estas abordagens lingüísticas e psicológicas estão estreitamente imbricadas, na medida em que todas duas são concernentes às práticas e aos discursos; elas devem, todavia, ser diferenciadas a fim de evitar uma redução de um nível a outro. O fundamento comum de nossas abordagens é a importância concedida à dimensão intersubjetiva das atividades lingüísticas e cognitivas, responsável pela produção da ilusão de um mundo objetivo (da objetividade do mundo), “pronto” para ser percebido cognitivamente pelos indivíduos racionais.

Vamos, primeiro, mostrar que a mudança e a instabilidade não são, de modo nenhum, exceções ou problemas, mas uma dimensão intrínseca do discurso e da cognição. Analisaremos, em seguida, alguns procedimentos pelos quais a estabilidade é produzida, criando efeitos de objetividade e de realidade – que, desde então, não podem ser considerados como dados, mas como resultantes de processos simbólicos complexos.

2. A INSTABILIDADE GENERALIZADA

A literatura científica é atravessada pela constatação de um grande número de divergências entre a linguagem ou

¹ A problemática recente dos “referentes evolutivos” emerge no seio deste quadro conceptual. Charolles e Schnedecker (1994: 106; cf. Schnedecker e Charolles, 1994:197) definem esta noção como concernente “às expressões anafóricas que remetem a uma entidade que sofre, à medida que o discurso se desenvolve, diversas transformações com graves prejuízos ao seu estado, ao ponto de podermos perguntar se, ao cabo destas transformações, ainda se tem a mesma entidade e se ainda é possível falar de correferência”. Neste quadro teórico, os fenômenos considerados são descritos como transformações de objetos no mundo, aos quais correspondem ou não transformações de seus rótulos verbais. Tal concepção referencial pressupõe um mundo objetivo preexistente ao discurso, objetos *a priori* discretos e estáveis e unidades discursivas discretas, cuja significação é dada por sua cartografia dos objetos do mundo real através da referência e da nomeação. A “referência evolutiva” se põe como problema unicamente no quadro de uma referência objetiva e verdadeira, onde existe não somente o mundo, mas também uma série de entidades estruturadas previamente a sua interpretação por um sistema cognitivo. Ver a crítica articulada que fazem Apothéloz e Reichler-Béguélin (aqui mesmo), partindo dos mesmos pressupostos que nós.

o conhecimento humano e o mundo, entre os nomes, seus sentidos comuns, seus usos, seus conceitos e as “coisas”. A perspectiva utópica (ou nostálgica) de uma cartografia perfeita entre as palavras e as coisas considera, de uma parte, não somente que os objetos são estáveis e dados *a priori* de um ponto de vista extensional (e perceptual), mas também que eles têm propriedades “essenciais”, “intrínsecas” e “inerentes” que são mantidas mesmo quando o objeto evolui perceptualmente ao “sofrer” transformações materiais (ver Schnedecker e Charolles, 1994). De outra parte, esta perspectiva tende a interpretar as atividades do sujeito como marcadas pelas “negligências”, pelas “faltas de precisão”, pelas “dificuldades em nomear” ou mesmo pelos “erros” e “insucessos”, imputáveis também às imperfeições das línguas “naturais” (em oposição às línguas sagradas ou artificiais), ou às más realizações, à incompletude de um sistema cognitivo imperfeito (popular, ignorante, até mesmo patológico ou, não há muito tempo, herético).

De um modo mais positivo, gostaríamos de analisar alguns dados empíricos que nos permitam definir os processos subjacentes a tais imperfeições, reconsideradas, de modo contrário, em termos de recursos lingüísticos, discursivos e cognitivos necessários para tratar eficazmente da referenciação. No que segue, mostraremos, em primeiro lugar, como as categorias são geralmente instáveis, variáveis e flexíveis. Em segundo lugar, analisaremos estas instabilidades como sendo inerentes aos objetos de discurso e às práticas, e como estando ligadas às propriedades intersubjetivamente negociadas das denominações e categorizações no processo de referenciação: estas últimas não são mais consideradas como algo que estabiliza uma ligação direta com o mundo, mas como processos que se desenvolvem no seio das interações individuais e sociais com o mundo e com os outros, e por meio de mediações semióticas complexas.

2.1 A instabilidade das relações entre as palavras e as coisas

As categorias utilizadas para descrever o mundo mudam, por sua vez, sincrônica e diacronicamente: quer seja em discursos comuns ou em discursos científicos, elas são múltiplas e inconstantes; são controversas antes de serem fixadas normativa ou historicamente.

2.1.1 Variações sincrônicas e diacrônicas dos usos categoriais comuns

A variabilidade das categorizações sociais mostra que há sempre, por exemplo, muitas categorias possíveis para identificar uma pessoa: ela pode ser igualmente tratada de “antieuropéia” ou de “nacionalista” segundo o ponto de vista ideológico adotado; diacronicamente, um “traidor” pode tornar-se um “herói”. O problema tem sido colocado mais

radicalmente por Harvey Sacks no quadro da etnometodologia: em vez de avaliar as categorizações, buscando-lhes adequação referencial, correspondência e veracidade (por exemplo, indo observar se uma pessoa categorizada como “negra” é efetivamente um negro), ele se propõe estudar como a categorização é um problema de decisão de dependência que se coloca para os atores sociais, e como eles o resolvem selecionando uma categoria em vez de outra dentro de um contexto dado. A questão não é mais avaliar a adequação de um rótulo “correto”, mas de descrever em detalhes os procedimentos (lingüísticos e sócio-cognitivos) pelos quais os atores sociais se referem uns aos outros – por exemplo, categorizando qualquer um como sendo um “homem velho”, em vez de um “banqueiro”, ou de um “judeu” etc., tendo em conta o fato de algumas destas categorias poderem ter eventualmente conseqüências importantes para a integridade da pessoa (Sacks, 1972; 1992).

Tais variações no discurso poderiam ser interpretadas como dependentes da pragmática da enunciação, mais que da semântica dos objetos. Neste caso, elas deveriam afetar os objetos sociais, mais que os objetos psíquicos, cuja semântica poderá ser considerada como escapando à ideologia, como mais precisa, estável, senão até ligada a valores de verdade. De fato, argumentar-se-á não somente que não é nada disso, que os objetos sociais não são um desvio do modo “normal” de referir, mas que, de modo simétrico, trata-se de considerar a referência aos objetos do mundo psíquico e natural, no âmbito de uma concepção geral do processo de categorização discursiva e cognitiva tal como eles são observáveis nas práticas situadas dos sujeitos.

Depois da teoria dos protótipos de Rosch, as abordagens da categorização evoluíram do quadro filosófico clássico que trata da formação dos conceitos para uma perspectiva mais ecológica que considera que a organização do conhecimento humano é motivada pelos fins adaptativos. Tal conceituação se volta para as “categorias mal formadas”, estruturadas de modo típico, opostas às categorias lógicas, definidas pelas condições necessárias e suficientes; ela introduz as fronteiras fluidas entre categorias, e não as decisões definidas de dependência categorial. Conforme explicita Rosch claramente, “um outro modo de assegurar a distintividade e a clareza das categorias ordenadas sobre um *continuum* consiste em pensar cada categoria em termos de casos típicos, em vez de em termos de fronteiras” (1978a: 36). Até o momento, inúmeros autores sublinharam não somente o caráter vago de categorias organizadas pela tipicidade de protótipos, mas também por sua instabilidade, labilidade ou flexibilidade através de contextos e de indivíduos.

A regularidade da estrutura gradual das categorias naturais não contradiz o fato de que as categorias comuns se configuram de modo mais ou menos “ad hoc” (Barsalou, 1983), conduzindo a uma variabilidade das segmentações possíveis do *continuum* das experiências humanas. Assim, por exemplo, o piano pode ser categorizado como um ins-

trumento musical no contexto de um concerto, ou como um móvel pesado e incômodo no contexto de uma mudança – e se poderá facilmente imaginar um contexto discursivo em que a referência ao piano percorre sucessivamente uma e outra categoria. Uma adesão particular ao contexto pode ser obtida pelas categorias “ad hoc”, como aquela das “coisas a arrastar de uma casa em fogo”, categoria pertinente no contexto onde uma pessoa está para escapar de um incêndio (Barsalou, 1983:214). Os sistemas cognitivos humanos parecem particularmente adaptados à construção de tais categorias flexíveis, *ad hoc* e úteis a todos os fins práticos, dependentes tanto mais da multiplicidade de pontos de vista que os sujeitos exercem sobre o mundo do que de restrições impostas pela materialidade do mundo.

De um ponto de vista psicolinguístico, as experiências testaram o modo como as anáforas especificam diferentemente uma categoria inicial nos diferentes contextos: assim, por exemplo, dada a frase “The bird walked across the barnyard”, o encadeamento esperado na frase seguinte é o definido “the chicken”, mais que “the robin”, mesmo que “robin” seja geralmente (quer dizer, sem especificações contextuais) uma ave mais típica que “chicken” (Roth; Shoben, 1983:349). Em suma, as variações categoriais, consideradas aqui como “categorias evolutivas”, podem ser vistas como recursos que asseguram uma plasticidade linguística e cognitiva e uma garantia de adequação contextual e adaptativa.

De um ponto de vista linguístico, quando um contexto discursivo é reenquadrado (Goffman, 1974), as categorias podem ser reavaliadas e transformadas, juntando diferentes domínios, como nas metáforas, recategorizações ou metalepses (Apothéloz; Reichler-Béguelin, aqui mesmo). A variação e a concorrência categorial emergem notadamente quando uma cena é vista de diferentes perspectivas, que implicam diferentes categorizações da situação, dos atores e dos fatos. A “mesma” cena pode, mais geralmente, ser tematizada diferentemente e pode evoluir – no tempo discursivo e narrativo - focalizando diferentes partes ou aspectos. Este domínio pode ser abordado considerando os recursos linguísticos que servem para tematizar uma entidade, para sublinhar a saliência de um aspecto específico ou de uma propriedade de um objeto, para atrair a atenção do leitor para uma entidade particular (Givón, 1989; Lambrecht, 1994; Berthoud; Mondada, 1995).

Mesmo se nos debruçamos sobre os problemas de denotação dos objetos, observamos que uma modificação do contexto pode levar a mudanças tanto no léxico, como na organização estrutural das categorias cognitivas. Por exemplo, as variações podem ser ligadas ao fato de que a competência do locutor supõe a capacidade de nomear uma variedade de novos objetos em situações novas. Como Labov (1978) mostrou em uma pesquisa experimental sobre a denotação, as fronteiras lexicais entre “cup”, “glass” ou “bowl”, utilizadas para referir-se a uma série de delineamentos que evoluem de uma forma a outra, são “vagas” (nos termos dele)

ou instáveis (nos nossos termos): quando se exige dos sujeitos que escolham uma palavra ou outra para se referir à “mesma” série de delineamentos que evoluem das “cups” típicas para as “bowls” típicas, segundo diferentes parâmetros de forma, estas são sensíveis ao contexto da denominação e não somente ao próprio objeto. Por exemplo, o mesmo delineamento de um continente pode ser chamado “cup” em um contexto em que se bebe café ou naquele que Labov chama de contexto “neutro”, quer dizer em um contexto em que o tipo de líquido contido não é especificado; pelo contrário, este rótulo pode resvalar para “bowl” em um contexto relacionado a alimento e sopa, ou mesmo para “glass” ou “china” em um contexto relacionado a flores (1978:229).

A um nível psicológico – quer dizer, dependente da cognição do indivíduo -, pode-se levar em conta tais instabilidades desde que se pare de tratar a variabilidade como um “erro” ou como uma contradição em relação às etiquetas que serão mais “verdadeiras” que outras ou que reenviarão aos objetos “reais”... Por exemplo, nossa pesquisa sobre a categorização e a denominação das plantas (Dubois et al., 1992) mostrou uma diversidade de discursos e de estruturas cognitivas coexistentes a propósito dos “mesmos” objetos, e a mesma para diferentes tipos de especialistas, de acordo com seus domínios de especialidade. Durante a avaliação sobre doenças de plantas, entrevistamos dois tipos de especialistas, os agricultores que cultivam girassóis e os agrônomos que trabalham em um certo tipo de pesquisa. Pudemos, assim, observar que os dois grupos categorizam a “mesma” série de fotografias do “mesmo” modo (quer dizer: eles produzem a mesma partição de fotografias). Todavia, seus comentários verbais destas “mesmas” categorias são diferentes: o discurso dos agricultores se refere aos estados da doença em evolução, tomados como instantâneos de estados evolutivos bem conhecidos; ao passo que o discurso dos biólogos se refere aos rótulos normais da doença e às propriedades perceptivas das plantas vistas como sintomas.

Para resumir, quer se trate de objetos sociais ou de objetos “naturais”, observa-se que o que é habitualmente considerado como um ponto estável de referência para as categorias pode ser “decategorizado”, tornado instável, evoluir sob o efeito de uma mudança de contexto ou de ponto de vista. Nossa argumento consiste em dizer que a “estabilidade” resulta, de fato, de um ponto de vista realista que relaciona as categorias às propriedades do mundo - como se a objetividade do mundo produzisse a estabilidade das categorias - no lugar de relacioná-las aos discursos sócio-históricos e aos procedimentos culturalmente ancorados. Se, ao contrário, adotarmos este segundo ponto de vista, não será surpresa ler que a cenoura é transformada de raiz ou de legume em fruta por decisão da Comunidade Européia em janeiro de 1991. Tal decisão foi tomada para permitir a Portugal exportar sua compota de cenouras respeitando a definição categorial legal ou jurídica de compota, que é uma

conserva de mistura açucarada de frutas (Pelt, 1994:45). Assim, a administração pode impor uma transformação categorial, mesmo que o conhecimento científico continue a considerar a cenoura como uma raiz e as práticas alimentares, como um legume.

Definindo a figura do *parangon*, Rastier (1991:199) identifica as regularidades de tais mecanismos tanto na descrição sincrônica quanto na diacrônica da semântica lexical. É o caso, ao nível da evolução histórica do léxico, dos processos de extensão e valorização de um termo prototípico. No primeiro caso, a palavra “viande”, designando em francês antigo os alimentos em geral, torna-se por restrição o alimento por excelência; no segundo caso, “bifteck” em francês moderno, por extensão sincrônica, significa não somente um corte de carne de boi, mas mais geralmente tudo aquilo de que se tem necessidade para viver (na expressão “gagner son bifteck”).

2.1.2 Instabilidades categoriais em controvérsias científicas

Se podemos imaginar facilmente que os objetos naturais possam ser desestabilizados e mudados por decisões políticas ou administrativas, é menos corrente considerar as controvérsias científicas como procedendo de um modo similar em sua estabilização de etiquetas verídicas de objetos psíquicos. Se considerarmos a ciência como um raciocínio prático, histórica e socialmente situada, perceberemos que ela é atravessada pelos problemas freqüentes de instabilidade categorial: pode-se até ler sua história como uma sucessão de afirmações e informações de categorias pertinentes.

As controvérsias científicas são provocadas pelos julgamentos divergentes de dependência ou de tipicidade. Neste caso, as controvérsias manifestam diferentes possibilidades de categorização e só são resolvidas quando uma destas possibilidades é selecionada no lugar das outras e é marcada paradigmática e normativamente. É esta seleção que será legitimada e reificada pela história das ciências. Se se toma, por exemplo, a categoria das aves, pode-se ver que, desde o século XVI, os morcegos são aves, mesmo que sejam descritos como mamíferos cobertos de pêlo e não de penas. O que é pior, uma controvérsia em paleontologia foi provocada pela classificação do *Arqueoptérix*, um animal com penas mas incapaz de voar, ou como dinossauro, ou como ave. Para os paleontólogos que crêem que os dinossauros têm o sangue frio, o *Arqueoptérix* é um ancestral das aves; para os paleontólogos que crêem que os dinossauros têm o sangue quente, o *Arqueoptérix* é um dinossauro que resolveu com suas penas o problema de manter o calor de seu corpo. Estes dois julgamentos categoriais reorganizam, assim, diferentemente, as taxionomias zoológicas e históricas de sua evolução (Latour, 1983:213).²

² Ver outros exemplos em Apothéloz; Reichler-Béguelin (aqui mesmo).

As categorias não são nem evidentes nem dadas de uma vez por todas. Elas são mais o resultado de reificações práticas e históricas de processos complexos, compreendendo discussões, controvérsias, desacordos. As ciências naturais são, assim, um lugar privilegiado onde se pode observar a dinâmica da categorização e da recategorização e suas evoluções lingüísticas e cognitivas. Mais geralmente, a instabilidade caracteriza o modo normal e rotineiro de entender, descrever, compreender o mundo – e lançar, assim, a desconfiança sobre toda descrição única, universal e atemporal do mundo.

2.2 A instabilidade das categorias dentro de práticas lingüísticas e cognitivas

A instabilidade das categorias está ligada a suas ocorrências, uma vez que elas estão situadas em práticas: práticas dependentes tanto de processos de enunciação como de atividades cognitivas não necessariamente verbalizadas; práticas do sujeito ou de interações em que os locutores negociam uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo.

2.2.1 Transformações seqüenciais das categorias no contexto

No seio das atividades discursivas, a instabilidade se manifesta em todos os níveis da organização lingüística, indo das construções sintáticas às configurações de objetos de discurso. Esta instabilidade é particularmente observável na produção oral, podendo ser observada também nos textos escritos.

A sintaxe do discurso oral pode ser caracterizada pelo que Blanche-Benveniste (1987) chama de “titubeação”, de hesitações, de interrupções da linearidade sintagmática, das mudanças e das rupturas do tratamento sintático em tempo real. Estes fenômenos sintáticos manifestam processos de planificação de escolhas paradigmáticas ou de buscas lexicais: hesitando sobre um lexema, o locutor ativa e produz uma lista de lexemas, que podem estar ligados por uma relação de coordenação adicional ou podem constituir uma série de candidatos mutuamente exclusivos, um estando mais apropriado que o outro, como nos exemplos seguintes:

(1) “et alors à ce moment-là j’avais une bourse euh au chose au lycée au collège quoi” (Blanche-Benveniste, 1987:40,141)

(2) “je buvais mon petit verre à table mon petit verre enfin un grand verre quoi” (Blanche-Benveniste, 1987:35,140)

Estes exemplos ilustram os efeitos de precisão progressiva na afirmação da referência, que se refinam na medida do desenvolvimento temporal da produção discursiva

– como se o locutor enumerasse os candidatos lexicais possíveis na busca da melhor adequação para relacionar o que tenta dizer sobre o referente e a situação. Mas este não é o único efeito ligado à planificação imediata da sintaxe oral, em que os locutores utilizam “a primeira palavra que lhes vem ao espírito, em vez de buscar o termo apropriado, a palavra exata” (Brown; Yule, 1983:18): mais positivamente, isto lhes permite construir, passo a passo, um objeto discursivo que não está disponível como uma categoria única e pronta para ser empregada (Mondada, 1995c). A referenciação adequada pode ser vista como um processo de construção de um caminho ligando diferentes denominações aproximadas que não são excluídas pela última escolha. Uma consequência disso é que várias tentativas de nomeação podem ser retidas como adequadas, e a correção do erro sendo, então, utilizada como um recurso interacional para invocar formulações alternativas (Jefferson, 1974:181).

A sintaxe oral, bem como a sintaxe da conversação, manifesta os processos que são também observáveis em textos escritos. Este é o caso não somente das rasuras visíveis nos manuscritos (Grésillon; Lebrave, 1982), mas também de subversões da linearidade textual, como nos exemplos seguintes:

(3) Fidèle à ma coutume, je me suis dirigée vers *le port*. *Le port!*... hélas! c’est un mur haut de trente pieds, sur lequel des soldats ou des bateliers affrontent seuls les vertiges; il fallait, pour grimper là, une fermeté que je n’ai point, et, retournant sur mes pas, j’ai quitté *ces faux semblans de quais*, pour me renfermer avec mes souvenirs dans *l’appartement*... c’est-à-dire, dans *la salle voûtée, obscure, large et longue*, à ne pas y reconnaître son père, qu’on m’a donnée en guise de chambre à coucher. (Gasparin, *Voyage d’une ignorante dans le midi de la France et l’Italie*, Paris: Paulin, 1835, v 1. p.147).

(4) S’il m’était permis de raconter [...] je vous dirais par quelle suite d’épreuves il m’a fallu passer pour trouver *une chambre*... non, *un repaire* à la Grande auberge de l’Europe, tenue par il signore Pietro Roberti. (Achard, *Montebello, Magenta, Marignan. Lettres d’Italie (mai et juin, 1859)*, Paris, 1859:50)

Nestes exemplos, a denominação dos objetos é negada, reformulada, corrigida pela proposição de uma outra descrição, indicada como sendo mais adequada. O processo de referenciação é desenvolvido no contraste entre as duas denominações, colocando uma primeira descrição canônica mais aproximada, correspondente a uma primeira tentativa; depois, contrastando-a e pondo-a em concorrência com uma segunda, correspondente a uma descoberta surpreendente, que é crítica, mas também mais adequada para identificar o referente. Em termos de processos de categorização, pode-se dizer que uma categoria prototípica ou estereotípica é primeiro considerada como a base mais disponível e compartilhável para a comunicação; em seguida, são opera-

das modificações que fazem a entidade passar de um ponto central de seu domínio semântico para um ponto periférico, ou que provoca uma recategorização radical. Aqui ainda, a descrição adequada corresponde menos à última denominação proposta que ao percurso que liga as diferentes soluções propostas.

O problema que se coloca aqui não é mais o de formular isso em termos de uma confrontação ou de uma tentativa de cartografia entre as palavras como etiquetas e as entidades “reais” do mundo, mas em termos de identificação de um dispositivo geral que explore as restrições e as potencialidades lingüísticas para desenhar uma representação cognitiva socialmente compartilhada da realidade. Os locutores marcam, eles mesmos, os deslizamentos entre referencialidade e negociação intersubjetiva dos processos de referenciação, pelos comentários metalingüísticos que pontuam seu discurso, reconhecendo, por exemplo, os conflitos entre várias descrições autorizadas pelos locutores diferentes, como nos fragmentos seguintes:

(5) La ville est partagée par *un sale et méchant filet d’eau*, que quelques relations libérales honorent du nom de *superbe canal*. (de Brosses, *Lettres familières écrites d’Italie en 1739 et 1740*, Paris: Ed. d’Aujourd’hui, 1977, v 1, 110)

(6) Ce que dans cette contrée on est convenu d’appeler des *routes*; ce qu’effrontément on indique comme telles sur les cartes, par une double ligne employée ailleurs pour désigner les grandes communications, ne sont que des *sentiers* d’un pied de larguer, creusés à une profondeur de huit ou dix pouces. (*Haussez, Voyage d’un exilé de Londres à Naples et Sicile*, Lausanne, 1835, v 2, 347)

(7) “Des palais en marbre blanc!” – s’écriait-on. Je n’apercevais que de *vieux édifices* s’échelonnant les uns sur les autres, et formant espalier, pour ainsi dire. (Gasparin, op. cit., v 1, 146)

Observamos, aqui, um conflito entre diferentes convenções, diferentes interpretações. Uma categoria lexical impõe um ponto de vista, um domínio semântico de referência, a concorrer com outras categorias sugeridas, e produzindo sentido a partir do contraste com as precedentes. O discurso aponta explicitamente para a não-correspondência entre as palavras e as coisas, e a referenciação emerge da exibição desta distância, da demonstração da inadequação das categorias lexicais disponíveis - a melhor adequação sendo construída por meio de sua transformação discursiva. Nós interpretaremos estas supressões como indicadores de um processo de ajustamento das palavras que não se faz diretamente em relação ao referente dentro do mundo, mas no quadro contextual, a fim de construir o objeto de discurso ao curso do próprio processo de referenciação (Mondada, 1994). Não se pode mais, a partir de agora, considerar nem

que a palavra ou a categoria adequada é decidida *a priori* “no mundo”, anteriormente a sua enunciação, nem que o locutor é um locutor ideal que está simplesmente tentando buscar a palavra adequada dentro de um estoque lexical. Ao contrário, o processo de produção das seqüências de descritores em tempo real ajusta constantemente as seleções lexicais a um mundo contínuo, que não preexiste como tal, mas cujos objetos emergem enquanto entidades discretas ao longo do tempo de enunciação em que fazem a referência. O ato de enunciação representa o contexto e as versões intersubjetivas do mundo adequadas a este contexto.

Tais instabilidades na identificação de objetos discretos podem ser observadas também a um nível não-lingüístico (ou pelo menos a um nível cognitivo em que a verbalização não é necessária nem explicitamente implicada), nas práticas cotidianas. Em outros termos, a atividade cognitiva individual, ao nível psicológico, é, ela também, uma atividade constante de categorização e não uma simples identificação e reconhecimento de objetos preexistentes. Como desenvolvemos no nível lingüístico, a categorização cognitiva depende, ela também, de um tratamento não exaustivo e seletivo do mundo, ele próprio suscetível de ver transformadas suas finalidades ou suas modalidades adaptativas.

Esta flexibilidade foi testada em uma experiência mostrando que uma série de fotografias de paisagens de estradas poderiam ser recortadas diferentemente em categorias segundo o ponto de vista introduzido pelas instruções dadas aos sujeitos: uma categoria (por exemplo, a da “paisagem urbana”) claramente delimitada quando se tratava de responder à instrução de “reagrupar todas as paisagens semelhantes”, se distribuía em quatro categorias diferentes quando a instrução era selecionar as fotografias conforme o comportamento de um guia (Dubois et al., 1993; Dubois; Fleury, 1993).

Para resumir este ponto, diremos que, mesmo a um nível não explicitamente verbal (a triagem não demanda nenhuma lexicalização), a discretização do mundo em categorias não é dada absolutamente *a priori*, mas varia segundo as atividades cognitivas dos sujeitos que operam com elas. Em outros termos, ao nível elementar da segmentação do mundo em categorias, os objetos não são dados segundo as “propriedades intrínsecas do mundo”, mas construídos através dos processos cognitivos dos sujeitos aplicados ao mundo concebido como um fluxo contínuo de estímulos. O reconhecimento do objeto, mesmo dentro de sua compreensão “infralingüística”, não pode ser considerado como a extração de propriedades de um mundo já discretizado, mas como a construção de categorias flexíveis e instáveis, através dos processos complexos de categorização produzindo as categorias potencialmente memorizadas e lexicalizadas.

2.2.2 Processos colaborativos de construção discursiva dos objetos

As instabilidades não são simplesmente um caso de variações individuais que poderiam ser remediadas e estabilizadas por uma aprendizagem convencional de “valores de verdade”; elas são ligadas à dimensão constitutivamente intersubjetiva das atividades cognitivas. É com relação a isto que insistiremos, nesta parte, na referenciação concebida como uma construção colaborativa de objetos de discurso – quer dizer, objetos cuja existência é estabelecida discursivamente, emergindo de práticas simbólicas e intersubjetivas (Mondada, 1994, 1995 a, 1995d).

Se nos voltamos para as conversações comuns, podemos observar não somente que os enunciados são produzidos ou completados colaborativamente (Sacks, 1992; Lerner, 1991), mas também que os objetos de discurso podem ser enriquecidos, alimentados, construídos coletivamente por diferentes locutores (Clark & Wilkes-Gibbs, 1986) - este processo de colaboração interacional podendo modificar radicalmente os objetos referidos.

(8)

1 A: c'est un endroit que j'adore/ vraiment qui est merveilleux/

2 B: qui a été défiguré [COMplètement\

3 A: [qui a été DEfiguré complètemen\

alors il reste encore quelques parties côté

Vauvenargues et:

4 B: oui oui

5 A: et je crois que ça va revivre/ heureusement/ grâce à l'effort de:

6 B: Cézanne a dû se retourner dans sa tombe\

7 C: mais qu'il risque de l'ê[tre encore plus par [le: TGV - et: (?)

8 A: [voilà [non c'est

ça // non non c'est ça / y a le problème du TGV qui: qui vient se greffer là-dessus /

Em 2, **B** colabora com a afirmação de propriedades descritivas do objeto discursivo introduzido por **A**. Ele o faz terminando seu enunciado, juntando-lhe uma nova relativa conectada à precedente. Esta colaboração sintática, todavia, serve para desenvolver um argumento diferente: no lugar de valorizar o lugar que está em questão, como o faz **A**, **B** sublinha a importância dos desperdícios ecológicos. **A**, em 3, leva efetivamente em consideração este argumento, repetindo-o, mas volta, em seguida, a sua linha argumentativa. **B** o interrompe (em 6) e impõe seu argumento, graças ao apoio de **C**, que liga sua intervenção a **B** (e não a **A**). **A** integra, pela segunda vez, este argumento em seu discurso, que, por sua vez, continuará em seguida esta linha. Mesmo se **A** introduz explicitamente seus objetos discursivos, estes não lhe pertencem mais e se transformam, sendo ordenados coletivamente de modo amplamente independente das intenções individuais.

Mesmo nas situações em que os locutores tentam controlar seus processos de construção de sentido, com o objetivo de produzir respostas explícitas e completas às questões tão unívocas quanto possíveis, como é o caso nas conversações, os objetos de discurso são sensíveis à variação contextual (Mondada, 1995b):

- (9)
- 1 E: c'est le centre-ville/
 2 G: ouais c'est le centre-ville alors\
 3 E: pour vous vous avez l'impression d'être au centre-ville/
 4 G: ah oui tout à fait alors tout à fait hein\
 5 E: mhm mhm
 6 G: et puis je crois qu'il y a pas un autre quartier plus/ mieux que ça donc\
 7 E: [mhm mhm
 8 G: [pour aller au centre-ville donc\ système de communication/ tout ça c'est c'est bien défini c'est bien placé\

Nesta breve troca, ao longo de uma conversação sociológica, **G** dá duas versões diferentes da localização de seu “quartier” na cidade: quando ele responde ao interlocutor **E**, ele reconhece que ele está centralmente localizado; pelo contrário, quando ele propõe uma descrição, ele o localiza em relação com o centro, algo não longe dele (utilizando o verbo “*aller*”, pelo qual ele se situa a partir da origem e identifica o “centro” como um alvo separado). Sua descrição é, assim, orientada colaborativamente para o contexto, ela não pode ser extraída de uma afirmação definitiva nem pode ser isolada. Este é o caso também dentro do contexto de uma pesquisa científica em laboratório, mesmo lá, onde as descrições produzidas são consideradas como definidas em relação a sua adequação aos fatos observados. Com efeito, quando se analisam as conversações entre pesquisadores, observamos que as descrições são menos orientadas para a realidade em si mesma que para a realização negociada de uma versão pública e aceitável do mundo (Mondada, 1995e). Assim é no exemplo seguinte, emprestado de Lynch (1985):

- (10)
- 1 M ther no:t, clear there=
 2 J =th' thing is's thee ehm
 3 (1.5)
 4 J thisiz garbajhe- ooh there's one right there!
 5 (2.0)
 6 M is: it?=
 7 J =wehh I dun[nuh
 8 M [nuhh (thet) doesn't look like vesiculs
 9 (0.3)
 10 M hhlooks more like a spine er s'm-
 11 (1.0)

12 J mm well it would be one of two thi:ngs hh I guess those could be microtubules cut et an angle so (we won't) circle it

A interação tem lugar num laboratório de neurofisiologia, onde dois pesquisadores se ocupam de observar uma montagem de micrografias eletrônicas, pesquisando a ocorrência de axônios terminais. Esta leitura da micrografia é coletiva e negociada: todos tendo afirmado a má qualidade do documento (1, 4), **J** em 4 anuncia que identificou um axônio. Esta “descoberta” é posta em dúvida pelo silêncio que a segue (5) e pela pergunta de **M** (6): **J** reage e retoma sua afirmação modalizando-a fortemente (7). Deste modo, ele mostra uma forte sensibilidade à construção interativa da notícia de uma eventual descoberta: a incerteza da dependência categorial de tal ocorrência é interacionalmente discutida e elucidada. Outras modificações do objeto são observáveis, no curso de diferentes descrições: o objeto poderia ser uma “vesícula” (quer dizer, um axônio) ou um “espinho”, mas nenhuma escolha é feita entre as duas denominações (12). A escolha verdadeira é a decisão tomada, “not to circle it”, que significa que, depois desta negociação, o objeto não será considerado como uma instância adequada do fenômeno que está para ser descrito, quer dizer, uma instância que poderá ser mencionada na versão pública do fato, ser submetida à comunidade científica ou incluída nos dados estatísticos que apóiam este tipo de observação (Lynch, 1985:220).

O caráter referencialmente vago é geralmente inevitável na conversação e mais especificamente quando os pesquisadores se acham face a objetos desconhecidos ou não-identificados, que podem posteriormente se revelar descobertas ou artefatos: o que está em jogo não é, de tal modo, ter acesso a um último plano referencial estável e objetivado para compreender estas referências vagas, mas muito mais a possibilidade de descrever os processos de coordenação entre os locutores e a organização das atividades nas quais eles estão envolvidos (Lynch, 1993:285 fala de propriedades racionais das expressões indicais; numa perspectiva diferente, Clark; Wilkes-Gibbs, 1986 falam de estabelecimento de uma “crença mútua” suficiente para os objetivos correntes da conversação).

Em conclusão, a indicialidade da linguagem e do discurso quebra a ilusão de dar uma descrição única e estável do mundo e sublinha sua necessária dependência contextual. No lugar de ser atribuível a uma falta de eficácia do sistema lingüístico e cognitivo, esta dimensão manifesta sua capacidade de tratar a variabilidade das situações através de uma categorização adaptativa. O fato de que as descrições do mundo são necessariamente incompletas e de que a categorização evolui de modo flexível torna sua produção indissociável do trabalho de interpretação pelo qual o interlocutor as completa e as ajusta ao contexto. Isto não significa que as descrições são caóticas ou desordenadas: os sujeitos possuem estruturas

cognitivas, notadamente memoriais, que permitem dar uma estabilidade a seu mundo, assim como procedimentos sistemáticos para organizar a co-construção dos objetos de discurso. Salientando as instabilidades categoriais, nós vamos querer mostrar que elas repousam sobre processos complexos, que operam a um nível psicológico, discursivo, lingüístico, advindas de competências sociais, de pontos de vista, de atividades situadas e de práticas intersubjetivas e não de propriedades incertas do mundo.

Na última parte deste artigo, levaremos em consideração a outra face destes processos categoriais, tratando as possibilidades, os recursos, os meios práticos que permitem estabilizar as instabilidades.

3. PROCESSOS DE ESTABILIZAÇÃO

Focalizaremos primeiro a estabilização das categorias a um nível psicológico, através da prototipicidade, depois a um nível lingüístico, com a lexicalização, os estereótipos e a anáfora. Terminaremos considerando a importância das técnicas de escrita, de impressão, de visualização de entidades cognitivas e simbólicas em sua estabilização.

3.1 Protótipos, estereótipos e designação como processos de estabilização

A conceituação de Rosch dos princípios de categorização permite caracterizar os protótipos como construções dinâmicas mais que como representações estabilizadas, estocadas na memória: “falar de protótipos é simplesmente uma ficção gramatical cômoda; o que está realmente em jogo são os julgamentos do grau de prototipicidade” (Rosch, 1978:37). Todavia, os princípios de categorização que ela invoca para explicar a formação de protótipos - como a economia cognitiva e as restrições perceptuais - têm levado a acentuar o estatuto de representações estruturadas e estabilizadas. Em outros termos, o sistema cognitivo construiria com a ajuda de protótipos as invariantes psicológicas que dariam uma estabilidade às interpretações que os homens fazem do mundo: “os protótipos aparecem como os membros da categoria que mais refletem a estrutura redundante da categoria como um todo” (Rosch, 1978 a:37).

Estritamente falando, os protótipos restariam a partir de construções psicológicas e individuais. Todavia, como bem viu Rosch, a lexicalização contribui para sua estabilização posterior. Para Rosch, então, “quando os nomes das categorias são tomados, eles tendem a se relacionar primeiro ao estímulo saliente (generalizando-se somente mais tarde para outras instâncias fisicamente similares): por este meio, as cores naturais prototípicas tornam-se os núcleos organizacionais das categorias” (Rosch, 1978:49).

Os nomes enquanto rótulos correspondem aos protótipos e contribuem para sua estabilização ao curso de

diferentes processos. Primeiro, eles correspondem às unidades discretas da língua, que permitem uma descontextualização do protótipo segundo os paradigmas disponíveis na língua e garantem sua invariância através dos contextos. Em seguida, a nomeação do protótipo torna possível seu compartilhamento entre muitos indivíduos através da comunicação lingüística, e ele se torna, de fato, um objeto socialmente distribuído, estabilizado no seio de um grupo de sujeitos. Tal protótipo compartilhado evolui para uma representação coletiva chamada geralmente de estereótipo.

Se seguirmos Rosch nas grandes linhas de sua análise dos processos de estabilização dos protótipos através da nomeação, não podemos renunciar a duas observações críticas que nos parecem pertinentes para a questão da instabilidade da referência. Em primeiro lugar, a análise de Rosch se limita a uma concepção que reduz a língua a uma nomenclatura, e a denominação a uma cartografia direta dos nomes (rótulos) para as coisas (mesmo quando as coisas se tornam mentais via protótipo) - concepção cujo caráter problemático já mostramos na primeira parte deste artigo. Em segundo lugar, se a interpretação dos processos evolutivos dos protótipos em estereótipos através da lexicalização é produtiva, pensamos que é necessário levar em conta a passagem de um nível puramente subjetivo para um nível intersubjetivo - ainda mais que o domínio social de validação deste protótipo/estereótipo permanece amplamente subespecificado (sendo tanto relacionado ao senso comum e ao sentido convencional das palavras, quanto às conceituações das ciências naturais).

Numerosos lingüistas já observaram que as unidades lexicais estabilizam convencionalmente os significados das palavras numa comunidade lingüística; parece-nos que o processo de estabilização exerce uma atenção particular em comparação com a lingüística cognitiva contemporânea (cf. Langacker, 1987; Kleiber, 1990 dentre outros), que fala de estereótipos como sendo psicologicamente fundados em “efeitos de prototipicidade na língua” (Lakoff, 1987:59) e que os representa formalmente nos sistemas de inteligência artificial. Neste quadro, a evolução dos protótipos e das significações das palavras para estereótipos não se baseia mais em propriedades realistas ou de valores de verdade, mas na codificação social dos modos de falar e de representar o mundo, até mesmo na sua implementação tecnológica (Dubois; Resche-Rigon, 1993).

3.2 Anáfora e procedimentos de estabilização discursiva

No âmbito da temporalidade discursiva, as inscrições textuais podem ter igualmente um efeito estabilizador ou desestabilizador, propor e corrigir, especificar e convencionalizar os usos categoriais. Os fenômenos invocados para avaliar a generalidade das instabilidades nos dis-

curiosos intervêm também nos procedimentos de estabilização. Assim, por exemplo, a anáfora tem sido vista tanto como ilustrando tipicamente o problema dos referentes evolutivos (Charolles; Schnedecker, 1994), quanto como um modo de estabilizar ou de focalizar uma denominação particular, excluindo para isso outras possibilidades, mesmo se elas estiverem potencialmente disponíveis no texto:

(11) Sur la droite de Baïa, et attendant au rivage qui borde la mer, est un édifice connu sous le nom de tombeau d'Agrippine; on y pénètre à l' aide de torches par une entrée assez étroite. D'après la construction, il nous semblait beaucoup plus naturel de croire que nos avions sous les yeux un théâtre plutôt qu'un tombeau: c'est, du reste, l'opinion de beaucoup d'antiquaires. Cependant, tant qu'on viendra à Baïa, on ira voir le tombeau d'Agrippine quoiqu'elle ait été enterrée sur la hauteur, près de Misène et de la maison de César. (*L'Italie, la Sicile, les Iles Eoliennes, l'île d'Elbe, Malte, l'île de Calypso* etc., Paris, 1834-7, v 2 a, 111-112)

(12) On trouve une voûte isolée, en plein centre, qu'on dit être le tombeau d'Agrippine. Cette voûte... (Cochin, *Voyage d'Italie*, Paris, 1758, v 1, 213)

Se compararmos estas duas descrições, observaremos que uma pode desencadear uma série de descritores dotados de valores dessemelhantes. No primeiro exemplo, o descritor “tombeau d'Agrippine” é fortemente modalizado, inscrito na expressão de crenças, reputações, opiniões, mas também na oposição entre uma perspectiva impessoal (“on”) e subjetiva (“nous”). Estes elementos são orientados para uma desqualificação da denominação do objeto como “tombeau d'Agrippine”, mesmo que o texto mantenha ironicamente este descritor, exibindo-o como ligado mais aos usos convencionais que a um valor “de verdade”. O segundo exemplo contendo elementos menos modalizados está baseado na oposição entre o que é visto e o que é dito; a escolha é decidida pela anáfora, que seleciona o primeiro e exclui o segundo descritor.

O discurso tem outras possibilidades de marcar sintagmaticamente a estabilização de uma categoria:

(13) Je vois que M. de la Lande parle de la beauté et de la situation de ce palais. Effectivement, je n'ai rien vû qui ait l'air si palais. La situation y contribue sûrement beaucoup. (Bergeret, *Voyage d'Italie 1773-1774*, Paris, 1948, 41)

(14) La ville, car c'est une ville, se compose de quarante à cinquante maisons, qu'entoure une haute et forte muraille, pour les garantir des brigands de terre et de mer. (Simond, *Voyage en Italie et en Sicile*, Paris, 1828, v 2, 34)

Esses tipos de fórmula confirmam ou reforçam, pela repetição, a utilização de um certo descritor, “palais” ou “ville” (que encontramos em outras expressões como “pour

un oiseau c'est un oiseau”, ou “c'est un oiseau oiseau”). Isto tem como efeito centrar a utilização do descritor, de modo a estabilizar o objeto como prototípico. A necessidade de um uso redundante do mesmo designador e de sua ratificação ao longo do desenvolvimento textual mostra a instabilidade dos descritores particulares, que correm constantemente o risco de serem criticados ou abandonados.

3.3 A inscrição como processo de estabilização

A materialização das categorias cognitivas e lingüísticas através de diferentes técnicas será o último exemplo de estabilização e objetivização que abordaremos aqui. Tal materialização não concerne apenas aos artefatos psíquicos - que resultam, eles próprios de atividades cognitivas - mas também e sobretudo aos meios de inscrição tais como a escrita, a imprensa, a imagem. Goody (1977) sublinhou o fato de que a escrita “domestica o espírito”, muda radicalmente os modos pelos quais é possível compreender e pensar o mundo. A escrita permite dispor e fixar, dentro das relações espaciais, o fluxo temporal das palavras do discurso oral. Ela permite novas formas de cálculo (Lave, 1988, mostra que as capacidades matemáticas são radicalmente diferentes conforme os sujeitos utilizem a pena e o papel ou não), de raciocínio lógico, de argumentação (por exemplo, a habilidade de desenvolver os silogismos é ligada à manipulação de diagramas sobre o papel). Ela permite também estocar, memorizar, reencontrar os dados a serem manipulados cognitivamente, assim como organizá-los pelas formas que exploram sua disposição sinóptica e ordenada.

Estas possibilidades têm sido exploradas desde muito tempo: no começo, a forma escrita privilegiada foi a lista - não somente sob a forma de listas de contas, mas também de listas genealógicas ou de listas lexicais. Estas últimas favorecem a emergência de uma norma que legitima e avalia a correção lingüística, pela qual o sistema lingüístico é estabilizado; e, ainda, elas favorecem a co-presença descontextualizada de unidades lingüísticas que deixam aparecer a possibilidade de considerar a língua como um objeto de estudo, de vê-la como um sistema, de desenvolvê-la espacialmente em suas relações abstratas e descontextualizadas. Auroux mostrou que o conhecimento lingüístico explora os recursos da escrita na medida em que espacializa o texto ou as palavras, normalmente afetadas pela linearidade da língua (1994:52). A forma tabular permite tornar visíveis as regularidades invisíveis nos usos lingüísticos. Mais tarde, o aparecimento da imprensa irá de par com uma outra revolução tecnológica maior, a “gramatização”, que consiste na produção, depois da Renascença, de gramáticas e dicionários de todas as línguas do mundo sobre a base do paradigma greco-latino, permitindo uma padronização da apreensão dos vernáculos europeus e das línguas não-européias.

Mais geralmente, a estabilização das representações através das tecnologias de inscrição permite o desenvolvimento do pensamento científico. Mais particularmente, a ciência moderna emerge quando a imprensa pôde fornecer “um enunciado visual reproduzível com exatidão (Ivins, 1953; ver também Eisenstein, 1979): “o que é específico da ciência moderna é a convergência entre a observação exata e a verbalização exata: descrições exatamente verbalizadas de processos e de objetos complexos cuidadosamente observados. A disponibilidade de gravuras técnicas detalhadas (as primeiras gravuras em madeira e mais tarde as gravuras em metal) permitiu implementar as descrições meticulosamente verbalizadas” (Ong, 1982:127).

As práticas científicas não podem ser concebidas sem as inscrições que produzem os “móveis imóveis” (Latour, 1988). No laboratório, a objetividade emerge de uma série de transformações operadas ao curso das inscrições que constroem a inteligibilidade e a objetividade das afirmações científicas, que podem também tornar-se fatos. As inscrições são móveis: elas podem circular em amplas redes. Ao mesmo tempo, elas são imóveis: são fixas e não se transformam em seu movimento. Assim, elas produzem a inteligibilidade dos fenômenos, reduzindo-as a superfícies planas (uma lista, um fichário, um recenseamento, uma carta, um índice etc), permitindo dominar sinopticamente os fatos, recombina-los, mudar sua escala sem mudar suas propriedades, de modo a torná-los manipuláveis. As inscrições podem ser reproduzidas, permitindo não somente sua circulação, mas também sua comparação através do tempo e do espaço. Elas tornam os fatos disponíveis na própria materialidade do texto: “um laboratório real pode ser definido como um lugar único onde um texto é construído para comentar as coisas que estão todas presentes nele. Pelo fato de o comentário, os textos precedentes (através das citações e das referências) e as “coisas” terem a mesma consistência ótica e a mesma homogeneidade semiótica, a escrita realiza um grau extraordinário de certeza [...] O texto não é simplesmente “ilustrado”, ele comporta em si mesmo tudo o que tem a ver com aquilo a propósito de que ele foi escrito”. (Latour, 1988:46). Uma vez assim estabilizados pelos textos e pelas inscrições visuais, os fatos resistirão às desestabilizações possíveis da controvérsia, terminando por se impor como sendo evidente e por tonar-se referentes estáveis da ciência.

4. CONCLUSÕES

Tentamos mostrar que a questão da “referência” pode ser revisitada por duas linhas argumentativas, que concernem, de um lado, à categorização, graças às pesquisas psicológicas recentes sobre os processos pelos quais os sistemas cognitivos dão uma estabilidade ao mundo, e, de outro, a uma perspectiva lingüística interacionista e discursiva que considera os processos de referenciação em

termos de construção de objetos de discurso e de negociação de modelos públicos do mundo. Num quadro interdisciplinar, era importante para nós refletir sobre os fundamentos teóricos comuns, as convergências e as complementaridades destas duas abordagens, com o cuidado de fugir à tentação de reduzir um nível ao outro, considerado mais explicativo, mas que nega a autonomia dos múltiplos “couches de l’être”.

A análise conseqüente dos processos de referenciação que participam da constituição de um mundo discretizado, dotado de factividade e fazendo sentido, transforma radicalmente a questão da referência: no lugar de se referir a uma ordem de mundo ideal e universal e à sua nomeação, tentamos explicitar os diferentes níveis nos quais a referência é produzida pelos sistemas cognitivos humanos, utilizando uma ampla variedade de dispositivos e de restrições, aqueles das línguas naturais. A entrada é o reconhecimento do papel central das práticas lingüísticas e cognitivas de um sujeito “envolvido”, social e culturalmente ancorado, assim como da multiplicidade, mais ou menos objetivada, mais ou menos solidificada, das versões do mundo que elas produzem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APOTHELOZ, D., REICHLER-BEGUELIN, M.-J. (1995). Construction de la reference et strategies de designation, *Tranel*, 23, 227-271.
- AUROUX, S. (1994). *La révolution technologique de la grammatisation*; Bruxelles: Mardaga.
- BARSALOU, L. (1983). “Ad-hoc categories”, *Memory and Cognition*, 11, 211-227
- BERTHOUD, A.-C., MONDADA, L. (1995). “Modes d’introduction et de négociation du topic dans l’interaction verbale”. In: Véronique, D., Vion, R., eds. *Modèles de l’interaction verbale. Actes du Colloque sur l’Interaction sociale, Université de Provence, septembre 1991*. Aix-en-Provence. Université de Provence, 277-303
- BLANCHE-BENVENISTE, C. (1987). “Syntaxe, choix de lexique et lieux de bafouillage”, *DRLAV*, 36-37, 123-157.
- BROWN, G., YULE, G. (1984). *Discourse Analysis*, Cambridge: Cambridge University Press.
- CLARK, H.H., WILKES-GIBBS, D. (1986). “Referring as a collaborative process”, *Cognition*, 22, 1-39.
- COHEN, M. (1977). *Sensible Words: Linguistic Practice in England, 1640-1785*, Baltimore: John Hopkins University Press.
- DUBOIS, D. (à paraître) “Catégories prototypes et figements: constructions d’invariants et systèmes symboliques”, *Colloque “La locution”*. ENS Saint-Cloud.

- _____. (1995) "Catégories sémantiques naturelles: enjeux pluridisciplinaires". In: G. Lüdi, ed. *Linguistique et modèles cognitifs*, ARBA, Université de Bâle.
- DUBOIS, D., Fleury, D. (1993). "From classification to cognitive categorization: the example of the road lexicon". In: E. Diday, éd., *Actes de l'IFCS-93*, Berlin: Springer Verlag.
- DUBOIS, D., Resche-Rigon, P. (1993). "Prototypes ou stéréotypes : productivité et figement d'un concept". In: Plantin, C., éd. *Lieux communs, Topoi, Stéréotypes et Clichés*, Paris : Kimé.
- DUBOIS, D., Bourguine, R., Resche-Rigon, P. (1992/93). "Connaissances et expertises de divers acteurs économiques dans la catégorisation d'un objet perceptif", *Intellectica*, 15, 241-271.
- DUBOIS, D., FLEURY, D., MAZET, C. (1993). "Représentations catégorielles : perception et/ou action. In A. Weill-Fassina, P. Rabardel, D. Dubois, édés. *Représentations pour l'action*. Toulouse: Octares.
- ECO, U. (1993). *La recherche de la langue parfaite*, Paris : Seuil.
- EISENSTEIN, E. (1979). *The printing Press as an Agent of Change*, Cambridge: Cambridge University Press.
- GIVON, T. (1989). *Mind, Code and Context. Essays in Pragmatics*, Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- GOFFMAN, E. (1974). *Frame Analysis. An Essay on the Organization of Experience*, New York: Harper and Row.
- GOODY, J. (1977). *The Domestication of the Savage Mind*, Cambridge: Cambridge University Press.
- GRACE, G.W. (1987) *The linguistic construction of reality*, London: Croom Helm.
- GRÉSILLON, A., Lebrave, J.-L. (1982). "Les manuscrits comme lieu de conflits discursifs", In *La genèse du texte: les modèles linguistiques*, Paris: CNRS, 129-175.
- IVINS, W.M. (1973) *On the Rationalization of the Sight*, New York: Plenum Press.
- JEFFERSON, G. (1974). "Error Correction as an Interactional Resource", *Language in Society*, 2, 181-199
- KLEIBER, G. (1990). *La sémantique du prototype*, Paris P.U.F.
- LABOV, W. (1978). "Denotational structure", *Chicago Linguistic Society*, 14, 1, 220-260.
- LAKOFF, G. (1987) *Women, fire and other dangerous things*. Chicago. Chicago University Press.
- LAMBRECHT, K. (1995.) *Information structure and sentence form. Topic, focus, and the mental representation of discourse referents*, Cambridge: Cambridge University Press.
- LANGACKER, R. (1987). *Foundations of cognitive grammar*. Stanford : Stanford University Press.
- LATOURE, B. (1983). "Comment redistribuer le Grand Partage?", *Revue de Synthèse*, III, 110, 203-236.
- LAVE, J. (1988). *Cognition in Practice. Mind, Mathematics and Culture in Everyday Life*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LERNER, G.H. (1991.) "On the syntax of sentence-in-progress", *Language in Society*, 20, 441-458.
- LYNCH, M. (1985) *Art and Artifact in Laboratory Science: A Study of Shop Work and Shop Talk in a Research Laboratory*, Boston: Routledge and Kegan Paul.
- _____. (1993). *Scientific Practice and Ordinary Action*, Cambridge: Cambridge University Press.
- MONDADA, L. (1994). *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: Approche linguistique de la construction des objets de discours*, Lausanne: Université de Lausanne, Thèse.
- _____. (1995a). "La construction interactionnelle des topics", *Formes linguistiques et dynamiques interactionnelles, Colloque de Lausanne, 18-19 novembre 1994, Cahiers de l'Institut de Linguistique et des Sciences du Langage*, 7, Univ. de Lausanne.
- _____. (1995b). "L'entretien comme événement interactionnel. Approche linguistique et conversationnelle". In: J.-P. Thibaud et M. Grosjean, édés., *L'espace urbain en méthodes*, Marseille: Parenthèses.
- _____. (1995c). "La construction discursive des catégories", in D. Dubois, éd., *Actes du Colloque "Catégorisation, représentation des connaissances et systèmes symboliques"*, Paris, 16-17 septembre 1992, Paris: Kimé.
- _____. (1995d). "Planification des énoncés et séquences interactionnelles", *Actes du Colloque BENEFRU, "Problèmes de sémantique et de relations entre micro- et macro-syntaxe"*, Neuchâtel, 19-21 mai 1994, SCOLIA, 4.
- _____. (1995e). "La construction discursive des objets de savoir dans l'écriture de la science", *Réseaux*, 71, 55-77.
- ONG, W. (1982). *Orality and Literacy. The Technologizing of the Word*. New York: Routledge.
- PADLEY, G.A. (1985). *Grammatical Theory in Western Europe, 1500-1700: Trends in Vernacular Grammar*, Cambridge: Cambridge University Press.
- PELT, J. M. (1994). *Des fruits*. Paris: Fayard.
- PIAGET, J. (1974). *La pensée physique, Epistémologie génétique*, Paris: PUF.
- RASTIER, F. (1991). *Sémantique et recherches cognitives*, Paris : PUF.
- _____. (1994). "Interprétation et compréhension". In F. Rastier, M. Cavazza, A. Abeillé, *Sémantique pour l'analyse : de la linguistique à l'informatique*, Paris : Masson.
- RORTY, R. (1980). *Philosophy and the Mirror of Nature*, Princeton University Press.

- ROSCH, E. (1978a). "Principles of Categorization". In Rosch, E., Llyod, B.B., eds. *Cognition and Categorization*, New York: Wiley, 27-48.
- _____. (1978b). "Principles of categorization". In N. Warren, ed. *Advances in Cross-cultural psychology*, New York: Academic Press.
- ROTH, E.M., SHOBN, E.J. (1983). "The Effect of Context on the Structure of Categories", *Cognitive Psychology*, 15, 346-378.
- SACKS, H. (1972). "On the Analyzability of Stories by Children". In Gumperz, J.J., Hymes, D., eds. *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication*, New York: Holt, Rinehart and Winston, 325-345.
- _____. (1992). *Lectures on Conversation*, London: Blackwell, 2 vol.
- SCHNEDECKER, C., CHAROLLES, M. (1994). "Les référents évolutifs: points de vue ontologique et phénoménologique", *Cahiers de linguistique française*, 14, 197-227.